



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ ELEIÇÕES 2018 COM O
COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU

LOCAL	DATA	INÍCIO	FIM
Auditório Irtes Cavaignac – 5º andar	20/06/2018, quarta-feira	9h	18h

PAUTA

MANHÃ:

- V REUNIÃO COMITÊ ELEIÇÕES 2018 (PLANOS DE RISCOS):
 - SEGURANÇA
 - OFICIAIS DE JUSTIÇA
 - AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES
- OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DE VOTAÇÃO NAS SEÇÕES BIOMÉTRICAS (STIC)
- QUARENTENA (SGP)
- INFORMAÇÕES SOBRE TELETRABALHO (SGP)

TARDE:

- V REUNIÃO COMITÊ ELEIÇÕES 2018 (PLANOS DE RISCOS):
 - REGISTRO DE CANDIDATURA
 - CAPACITAÇÃO
 - SUPRIMENTOS DE FUNDOS
 - COMISSÃO DE JUÍZES AUXILIARES
- INFORMAÇÕES RELEVANTES

O Diretor-Geral, Flávio Costa, deu início aos trabalhos da **V Reunião das Eleições 2018**. Em seguida, Alysson Diniz, gerente do Processo Segurança, iniciou sua apresentação.

MANHÃ

SEGURANÇA

Alysson: destacou os pontos mais relevantes do processo tais como: o orçamento disponibilizado para a segurança das eleições, solicitação de Força Federal e apoio da Polícia Militar, Registro de Candidaturas e Fiscalização da Propaganda, instalação de Comissão de Segurança, reuniões com as forças de segurança e com o planejamento das eleições.

Ressaltou a integração do seu processo com outras unidades do TRE. Frisou que a solicitação de Força Federal já está em andamento. Informou que será elaborado relatório interno visando ao aprimoramento do processo de Segurança, servindo de subsídio para eleições futuras. Agradeceu à equipe da SEPLA (COPEG) pelo apoio.

Francisca, Chefe de Cartório: relatou dificuldades ocorridas em eleições anteriores, quanto à segurança nos povoados adjacentes de Presidente Dutra. Solicitou, se possível, que, quando a segurança for elaborar seu planejamento consulte os chefes de cartório, a fim de identificar os locais que necessitam de uma atenção maior. Pois, quando chegam para as eleições, o planejamento já está pronto. Acreditamos que se fosse construído em parceria, seria mais efetivo.

Alysson: considera válida a sugestão considerando que isso é um dos objetivos para esta

eleição.

Lucilene: existem locais que realmente possuem um alto índice de periculosidade, como por exemplo, Bom Lugar, em Bacabal. Ponderou que, apesar de não se tratar de eleições municipais, conforme relato de Francisca, há a possibilidade de aglomerações e tumulto. Sugeriu reuniões com chefes de cartório para tratar sobre o assunto.

Alysson: em reunião, amanhã (21/6), com o comando da PM esses pontos serão tratados.

André, CRE: relatou que esta eleição será um pouco diferente das demais, uma vez que já está sendo feito um levantamento das cidades com maior índice de periculosidade pela Polícia Militar, Exército e Polícia Civil. Trata-se de eleição geral com características de eleição municipal, ante a polarização que passa o país. Observou que será uma eleição geral diferenciada. O setor de inteligência da polícia já está fazendo levantamento das áreas e vai sugerir na reunião de amanhã (21/6), que os comandantes entrem em contato com os chefes de cartório.

Dra. Anelise, juíza: questionou sobre resposta ao ofício encaminhado solicitando força federal.

Flávio, DG: O presidente já diligenciou.

Flávio, DG: foi realizado um mapeamento em relação a essas questões, haverá três comissões de Segurança (do TRE, de Crise e de Inteligência). O TRE-MA está acompanhando toda essa situação levando em consideração os lugares onde existem conflitos políticos, e os pedidos de Força Federal, solicitados pelos juízes, todos foram avaliados e deferidos pelo Tribunal, falta aprovação do TSE.

André, CRE: foi encaminhado ofício ao TSE acerca das solicitações de Força Federal. Destacou que, geralmente, o TSE só aprova força federal se não houver força estadual ou se esta for insuficiente.

Dr. Rodrigo, juiz: sugeriu que seja feita troca de comando, da mesma forma que nas eleições passadas. Destacou que é importante a PM e o Exército não dependerem do poder Executivo das cidades. Relatou casos em que juízes tiveram que providenciar veículos para a PM. Há possibilidade de o próprio TRE solicitar veículos ao executivo? Sugeriu que o TRE-MA oficie o chefe do executivo para que disponibilize veículos para deslocamento da segurança, uma vez que os veículos da PM muitas vezes estão danificados.

Flávio, DG: considerou a sugestão pertinente e que será adotada. Informou, inclusive, que isso foi feito em 2014. A Presidência juntamente com a Corregedoria encaminhará o ofício ao Poderes executivos, municipais e estadual solicitando veículos.

Dr. Eilson, juiz: realmente é necessário ter essa comunicação da PM e do Exército com os juízes e demais servidores. Não é adotada a prática de ouvir os juízes previamente.

Flávio, DG: Na reunião de amanhã (21/6) os juízes serão ouvidos. Será aberto o prazo para os juízes comunicarem os pontos críticos de segurança.

Mayron, Chefe de Cartório: destacou a importância da segurança das urnas, uma vez que já houve situações de extrema insegurança como lançamento de bombas em locais de votação

um dia antes da eleição. Considerou que a véspera da eleição é um momento crítico (entrega das urnas nas seções). Relatou incidente com urnas no sábado à noite, do qual só teve conhecimento no domingo pela manhã, não obstante a polícia ter tido conhecimento do ocorrido no sábado. Logo, é necessário reforçar que a segurança deve ser realizada desde a véspera da eleição e que todos os incidentes devem ser imediatamente comunicados ao juiz e ao chefe de cartório.

Flávio, DG: relatou casos de vandalismo, envolvendo até queimação das urnas em São Luís. Diante disso, será repassada às forças de segurança essa questão das urnas para que sejam evitadas tais situações.

Dr. Rodrigo Terças, juiz: questionou acerca da contratação de aviões e helicópteros.

Flávio, DG: ontem (19/6) foi assinada homologação da licitação para horas de aeronave (voo) para prestar um socorro rápido ou qualquer auxílio, em casos de emergência. O país passa por um momento de instabilidade política, o que pode incentivar ações que necessitem de intervenção policial. No caso de Timon, houve falta de comunicação entre a segurança e o chefe de cartório.

Alysson: lembrou que o TRE faz seu planejamento e as corporações também. As corporações possuem a lista de contatos. Tratou-se de falha pontual. Quanto ao remanejamento de policiais, já é uma prática.

Lucilene: destacou a importância de ter um preparo, saber como agir em situação de risco, tanto os magistrados, quanto os demais servidores, até que um resgate chegue.

Flávio, DG: será elaborada cartilha e realizado treinamento presencial e via EAD, sobre como proceder em casos de tumulto ou outras situações que coloquem em risco a segurança das pessoas e das urnas, até que chegue o resgate ou a força policial.

Dr. Rodrigo, juiz: levantou a questão das diárias dos policiais, pois houve um atraso na eleição passada, gerando transtornos em relação à estadia dos policiais. Assim como na questão dos veículos, policiais chegam na zona eleitoral também sem diárias, sem hospedagem e dirigem-se ao juiz perguntando onde podem se alojar.

Flávio, DG: será conversado na reunião de amanhã (21/6) para que essas diárias sejam antecipadas não ocasionando assim, contratempos aos juízes e chefes de cartórios.

Dr. Rodrigo, juiz: sugeriu ainda que seja comunicado, antecipadamente, aos policiais e membros do exército o local que cada batalhão e grupo deverão se deslocar. Deve ser definido previamente o local de alojamento dos policiais. Informou que enfrentou problemas para conseguir alojamento para policiais, inclusive os da polícia federal.

Flávio, DG: solicitou ao Dr. Rodrigo que, representando a magistratura, levante esses questionamentos na reunião de amanhã (21/6).

André, CRE: na primeira reunião com o exército, no mês de maio, foi recomendado que todas as questões fossem tratadas com antecedência.

Flávio, DG: lembrou sobre a necessidade de o Governo do Estado responder ao Ofício do TRE atestando se possui ou não contingente para fazer a segurança das eleições. Somente em

seguida, será apreciado pelo TSE para deferir ou não a força federal nas zonas que solicitaram.

Dr. Rodrigo, DG e Magno: Levantaram o tema a respeito do emprego da força de polícia, o papel efetivo do policiamento no dia das eleições - considerando a distância que os policiais mantêm do local de votação.

Alysson: Sobre o emprego da força de polícia e da distância do contingente policial do local de votação, sugeriu que o TRE oriente a polícia quanto a essas questões. Sobre as diárias, diz que, atualmente, não ocorre mais atraso no pagamento. Talvez aconteça em situações pontuais.

Flávio, DG: na reunião de juízes amanhã, dia 21/06, serão levantadas essas questões.

Magno: relatou que o exército solicitou uma comunicação com informações pertinentes à eleição.

Alysson: destacou a necessidade de se ter uma palestra de alguém do TRE-MA para o exército, um magistrado, para relatar todas essas vivências anteriores. Seria salutar.

Flávio, DG: indicou o Dr. Rodrigo Terças para fazer tal palestra para o exército, que, de pronto, aceitou.

Alysson: destacou que todas essas situações são passadas aos comandantes, mas que realmente tem que haver uma comunicação por parte deles com os juízes e os Chefes de Cartório.

Lucilene: lembrou o caso de Monção na eleição 2016.

Mayron: sugeriu que o setor de segurança, junto com a corregedoria, elabore manual que trate também das atribuições do chefe de cartório na solução das questões de diárias, veículos e hospedagem de policiais.

Dra. Anelise, juíza: que o TRE intervenha no pedido de reforço policial. Sugeriu que os pedidos de veículos a outros poderes sejam feitos pelo próprio TRE e não pelo juiz. Relatou que isola o local de apuração dos votos, ação previamente planejada e preventiva.

Dr. Eilson, juiz: ressaltou a importância da elaboração da cartilha o mais rápido possível, bem como que seja orientado aos responsáveis da Logística para que o transporte das urnas seja feito de forma distinta do transporte das Mídias de Resultado – MR.

Magna: destacou o edital de licitação a possibilidade de transporte separado da urna e da mídia, sem aumento de custo.

Romilson: nem todos os magistrados querem o isolamento do local de apuração. Sugeriu que a Corregedoria expeça orientação para procedimento unificado. Informou que no Município de Brejo isolou o local de votação, mesmo não sendo essa a vontade do juiz. Lembrou que os contingentes policiais possuem um coordenador de área para tratar sobre diárias, estadia e alimentação, dessa forma não há necessidade de demandarem o juiz ou o chefe de cartório.

Flávio, DG: que no manual conste ainda orientações sobre o isolamento do local de votação.

Dr. Rodrigo, juiz: destacou que quem deve oferecer rotinas de segurança para o cartório eleitoral é o TRE-MA.

Flávio, DG: serão repassadas as orientações de segurança aos juízes, e, cabe a eles cumprirem ou não.

Dr. Rodrigo, juiz: destacou que não tem padronização de segurança no TRE-MA. Entende que o fato de constar em um manual orientações sobre isolamento da área de apuração de votos não configura ingerência no papel do juiz.

Flávio, DG: reafirmou que terão recomendações, cartilha e curso EAD. Assim, caberá aos magistrados e Chefes de Cartório cumprirem ou não e que constar no manual.

Dr. Rodrigo, juiz: não há padronização de segurança no TRE. No momento em que se começar a estabelecer padrões de segurança, haverá como convencer os juízes a seguir esses padrões.

Flávio, DG: questionou se o TRE vai mandar o policial descumprir a decisão do juiz, caso este não queira seguir a orientação do manual. Podemos garantir que haverá recomendações, o curso EAD e o manual.

Fábio Ximenes, Chefe de Cartório: indagou se vai ter reunião com os juízes da região metropolitana acerca das informações das eleições.

Flávio, DG: existindo indícios de necessidade por meio de mapeamento, haverá reunião com eles sim.

André, CRE: já está sendo discutida uma reunião para ser tratada apenas com os juízes da capital e municípios adjacentes.

OFICIAIS DE JUSTIÇA

Willdickson: Inicialmente, apresentou a análise dos riscos do processo. Alertou sobre a necessidade de um sistema informatizado para controlar os mandados de oficiais de justiça para cumprimento do eSocial. Destacou que a falta de envio, em tempo hábil, do mapa mensal de mandados cumpridos, por parte dos Chefes de Cartório, prejudicará a execução do orçamento.

A Res. 23527/2017 trouxe inovações:

- 1 - as comunicações judiciais devem ser realizadas pelos Correios;
- 2 – quanto à designação formal de servidores para atuarem como oficiais de justiça.
- 3 - haverá diferenciação no valor a ser pago para o oficial de justiça que exerce tal cargo e para o oficial *ad hoc*.

Com essas inovações os normativos do TRE, que regulamentam a utilização do trabalho de oficiais de justiça, deverão passar por atualização.

A proposta a ser levada à Diretoria-Geral de valor para convocação de mesário, por carta, é de R\$ 5,00. Não haverá o pagamento do valor fixo de R\$ 500,00 devido ao entendimento de que tal valor é remuneratório e não indenizatório. A proposta é que haja o reajuste do pagamento por mandado cumprido e esse valor passe a ser R\$ 20,00 por mandado.

Flávio, DG: tal mudança foi realizada devido à regulamentação do TSE, a qual o TRE está vinculado.

Mayron: relatou a resistência dos oficiais de justiça de carreira aceitarem ser oficiais da Justiça

Eleitoral, e das dificuldades que algumas zonas encontrarão em nomear oficiais, face as mudanças citadas, pois o valor fixo era um atrativo.

Willdickson: há possibilidade de ser elaborado um curso EAD para orientar os Chefes de Cartórios e oficiais nomeados.

Mayron: muito importante esse curso; pois, havendo impossibilidade de convocação de servidor da justiça comum (que possuem grande experiência nesse ofício), os servidores requisitados podem ser treinados.

Flávio, DG: o curso será elaborado.

AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES (AAEs)

Magna: o contrato de AAEs será esmiuçado com a empresa vencedora. Haverá treinamento presencial sobre fiscalização de contratos para os Chefes de Cartórios. Informou que a previsão de chegada dos AAEs nas ZEs é 23/8, permanecendo até 12.10, ou 03.11(caso haja 2º turno).

Francisca, Chefe de Cartório: O quantitativo será o mesmo de 2016?

Magna: sim, 500 profissionais para o grupo 1, 80 para o grupo II (Zonas com PATs), 02 coordenadores e 05 supervisores.

Dr. Rodrigo, juiz: questionou se as zonas que estão com baixo número de servidores contarão com um auxiliar a mais.

Magna: são os critérios estabelecidos pelo TSE, mas nada impede que sejam consideradas outras situações particulares, conforme a necessidade. Analisaremos as solicitações de auxiliares a mais e, havendo possibilidade, haverá aumento do quantitativo de AAEs.

Guilberth: elaboramos uma tabela com a descrição detalhada da força de trabalho de todo Tribunal.

OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DE VOTAÇÃO NAS SEÇÕES BIOMÉTRICAS (STIC)

Gualter: a proposição inicial é a mudança na rotina de identificação biométrica do eleitor em seções biométricas, visando maior celeridade no processo de votação. A idéia é promover uma campanha para que o eleitor leve para a seção eleitoral o documento de identidade com foto e o título de eleitor. Citou a campanha do e-título e informou que apenas o e-título é suficiente. Orientou os mesários no sentido de que não precisa procurar o nome do eleitor no caderno de votação se ele apresentar a identidade e o título, pois a urna fará a identificação e haverá ganho de tempo. Seguindo essa rotina espera-se a redução de 2h50min no tempo de votação de todos os eleitores de uma seção. Apresentou o fluxograma atual de identificação do eleitor e uma proposta. Afirmou que haverá a redução de 30 segundos no tempo de identificação de cada eleitor com a nova rotina. A busca do comprovante de votação no caderno deve ser feita enquanto o eleitor estiver votando. Afirmou, que, considerando o art. 19 da Resolução 23.554, não há óbice legal para a adoção da rotina proposta. Defendeu que a proposta é de fácil implementação. Propôs que, toda vez que o juiz eleitoral tiver oportunidade de se pronunciar na mídia, que incentive o eleitor a levar no dia da votação o documento de identidade e o título, pois isso diminuirá o tempo de votação. Informou que a proposta de nova rotina de

identificação do eleitor já foi levada à comissão de mesários.

Dr. Eilson, juiz: o TSE sempre faz campanha, inclusive em horário nobre de televisão, orientando o eleitor de forma diferente quantos aos documentos a serem apresentados na seção eleitoral. Isso pode atrapalhar essa nova proposta de procedimento. Seria possível encaminhar essas considerações ao TSE?

Francisca, Chefe de Cartório: muitas pessoas no interior estão entendendo de forma equivocada a questão do e-título. Aham que podem votar normalmente, mesmo sem ter regularizado sua situação.

Gualter: quem identifica o eleitor por identificação biométrica é a urna e não o mesário; sugeri que seja feito uma campanha para que o eleitor, além de levar o documento com foto, leve o título. Recomendou ainda, que seja repassado aos mesários a importância de os eleitores levarem documento oficial de identificação com foto e o título, visando facilitar e agilizar a votação, reduzindo assim, a formação de filas. Propôs um novo fluxo de votação para aperfeiçoar o tempo de permanência do eleitor nas seções eleitorais, preservando a legalidade do processo. A proposta já foi apresentada ao Presidente, Corregedor e DG.

Os juízes Rodrigo, Anelise e Eilson: temem quanto a qualquer campanha contrária às campanhas do TSE, veiculadas na TV, rádio etc.

Dra. Anelise, juíza: o TSE diz que basta o documento com foto e o eleitor entende dessa forma. Se o TRE ou o juiz eleitoral passar uma mensagem diferente pode confundir o eleitor.

Dr. Rodrigo, juiz: sou contra a proposta de Gualter, pois estamos em um mundo tecnológico.

Flávio, DG: não se pode ir contra uma campanha nacional. O título de papel está em extinção. Não estão mais sendo compradas impressoras matriciais para impressão do título. Cabe ao TRE somente orientar o eleitor quanto à agilidade no atendimento. Também concorda com Dr. Rodrigo em não ir de encontro com uma campanha nacional, mas pode ser feita de forma a acelerar o atendimento sem gerar transtornos ao TRE-MA.

Lucilene: reiterou a importância da sugestão de Gualter.

NOVA VERSÃO DO SIOTREM (STIC)

Gualter: com o aumento de seções biométricas, foi elaborada uma nova versão do SIOTREM (sistema de identificação de erros cometidos pelos mesários nas seções de identificação biométrica). A nova versão identifica os erros de forma mais refinada. Semana que vem será disponibilizada a nova versão do SIOTREM, mas a versão antiga continuará funcionando. O objetivo do sistema é identificar os principais problemas relacionados à biometria de acordo com o modelo de urna. As urnas de 2010 para trás são as que apresentam maiores dificuldades na leitura biométrica. Os mesários devem ser instruídos conforme o tipo de urna para que, assim, a leitura biométrica seja feita de uma forma mais célere, tendo como consequência a diminuição de filas. Na próxima semana será disponibilizada, após ajustes, a nova versão do SIOTREM. Os dados são gerados por zona/seção ou por tipo de urna.

Francisca, Chefe de Cartório: frisou a importância de se divulgar tal sistema para as zonas, uma vez que muitas desconhecem sua existência.

Flávio, DG: Gualter irá divulgar o SIOTREM e elaborar manual de utilização.

INFORMAÇÕES SOBRE TELETRABALHO (SGP)

Guilberth: Não há tribunal eleitoral que já tenha implementado o teletrabalho. Sugeriu para que não se estude esse assunto ainda, uma vez que em julho será publicada Resolução do TSE, regulamentando esse tema na Justiça Eleitoral. Será uma Resolução bem simples, com quatro artigos apenas, dispondo, ao final, que cada Tribunal fará sua regulamentação de acordo com as suas peculiaridades. Posteriormente, será editada uma nova regulamentação de forma mais detalhada. De início, existirá uma comissão para tratar do assunto. Relatou que há experiências positivas e negativas de pessoas que fazem o teletrabalho em outros Tribunais. Os estudos iniciarão em julho, sendo necessário constituir uma comissão multidisciplinar para esse fim. O TRE-AM possui uma comissão de estudo, com trabalho ainda bem incipiente.

DG: concorda em aguardar a regulamentação do TSE para, enfim, ser tratado tal assunto com mais detalhes.

Mayron: acha prudente aguardar a regulamentação, porém o levantamento dos setores que poderiam se utilizar do teletrabalho já poderia ser iniciado, assim como o estudo do uso do sistema SEI em substituição ao PAD.

Guilberth: terá uma comissão para tratar apenas os assuntos de teletrabalho, inclusive os estudos de quais unidades poderiam se beneficiar no teletrabalho. Aguardaremos até o mês de julho para iniciar os estudos, ressaltando a complexidade que envolve a implantação dessa modalidade de trabalho.

QUARENTENA (SGP)

Houve a determinação do DG que indagasse se as perguntas da pesquisa sobre a quarentena devem permanecer as mesmas. A pesquisa não está suspensa.

Guilberth: relatou que na última reunião ficou determinada a realização de consulta com apenas duas indagações (a de se ter ou não a quarentena). Contudo, ao ser publicada, a pesquisa gerou-se muitas dúvidas e questionamentos.

Dr. Eilson, juiz: questionou qual o objetivo da quarentena.

Guilberth: relata que a quarentena é o período de tempo em que o servidor, após ter uma remoção deferida, está impedido de realizar nova movimentação por remoção.

Francisca e Mayron, Chefes de Cartórios: foram questionados se houve alguma manifestação dos demais colegas das ZEs, sobre alguma nova proposta de perguntas para a pesquisa.

Mayron, Chefe de Cartório: Não houve manifestação. Foram três situações em doze anos que motivaram o estudo sobre a instituição da Quarentena. Perguntou ao Guilberth o que o Tribunal deseja combater com a quarentena?

Guilberth: Em virtude de casos isolados que, embora revestidos de legalidade, atentavam contra a moralidade administrativa, prejudicando o critério objetivo do concurso interno de remoção.

Guilberth: há duas possibilidades definidas na reunião anterior, e existe a proposta do servidor Lucas Avelino (apenas o servidor que logrou êxito no Concurso de Remoção estaria impedido de fazer permuta). O que devemos decidir é se alteramos a proposta das duas perguntas sobre quarentena ou permanece a que já havia sido aprovada.

Flávio, DG: isso foi decidido em reunião anterior, a pesquisa foi publicada e agora está sendo discutido novamente. Assim, não avançamos.

Dra. Anelise, juíza: levando em consideração o princípio da continuidade do serviço público, o ideal seria manter a pesquisa que foi decidida anteriormente.

O Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau: Decidiu manter a pesquisa anteriormente deliberada.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU

Karla: a composição do Comitê está disposta no art. 5º da Resolução CNJ nº 194/2014. O daqui do TRE-MA é composto por 5 servidores e 4 magistrados. Entretanto, está esvaziado, em razão de alguns juízes membros não pertencerem mais ao eleitoral e um Chefe de Cartório ter permutado. Diante disso, é necessário realizar nova eleição para atualizar a composição do Comitê, além de designar mais substitutos, garantindo a continuidade dos trabalhos. A proposta da COPEG é abrir lista de inscrição nos meses de julho e agosto e realizar a votação em setembro. Assim, em novembro, quando ocorrerá a avaliação das eleições, o Comitê estará com a composição completa.

Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau: proposta aprovada.

Des. Ricardo, Presidente: Justificou o atraso, em virtude de sessão plenária no TJ e porque estamos às vésperas do Seminário Eleitoral. Elogiou o comprometimento habitual dos servidores do Tribunal. Mencionou o prêmio Ouro do Selo Justiça em Números do CNJ e manifestou apoio às grandes ideias.

TARDE

SUPRIMENTOS DE FUNDOS

Mateus: Informou que a equipe de suprimento de fundos é totalmente nova e já providenciou a criação do e-mail suprimentodefundos@tre-ma.jus.br. Para esta eleição, teremos alimentação para mesários em treinamento e ainda o recurso para oito zonas realizarem travessia. Citou que houve muitos problemas relacionados à abertura de conta tipo “B”. Por isso, pretende-se aproveitar as contas abertas para o recebimento do suprimento estava para os outros suprimentos: PATs e alimentação. Mencionou a demora de alguns servidores em abrir as contas.

Flávio, DG: Sugeriu que nas próximas eleições, haja previsão no orçamento do pagamento de diárias para o servidor que precisar se deslocar para outro município com a finalidade de abrir conta de suprimento de fundos, em virtude de inexistência de agência do Banco do Brasil, na localidade.

Lucilene: o Banco do Brasil não demonstra interesse em abrir as contas tipo “B” para o pagamento de estiva, nem possuem treinamento para tanto.

Débora: a dificuldade está no desinteresse do Banco em abrir contas do tipo “B”. A demora se encontra no fato de que alguns gerentes estão pedindo a documentação original e estas estão sendo enviadas via correios.

Francisco: sugeriu a utilização do cartão corporativo. Mencionou que muitos tribunais não usam mais suprimento de fundos. Na minha opinião, o cartão corporativo é bem mais simples e seria a solução para todos os problemas relacionados ao suprimento de fundos. Indagou ao DG se ainda há algum imbróglio quanto à utilização do cartão corporativo.

Flávio, DG: Não há óbice legal. Houve reunião com o BB para ser implementado o cartão corporativo, porém em pesquisa com as zonas, muitas não acharam viável sua utilização. Será expedido Ofício conjunto da Presidência e da Corregedoria aos gerentes do Banco do Brasil, tratando da abertura de contas de suprimento de fundos, mencionando descumprimento legal pela recusa ou atraso na abertura da conta.

Débora: sugeriu que haja um planejamento para que os setores do Tribunal incluam nos seus orçamentos os gastos com serviços que ainda são utilizados como suprimento de fundos. Houve realmente a tentativa de implantar o uso do cartão corporativo, porém os chefes de cartório relataram as dificuldades na sua utilização (restrição quanto a estabelecimentos credenciados e percentuais para uso em função crédito, débito e saque).

Guilberth: é preciso analisar se há estrutura para implementar o cartão corporativo. Caso haja, que, após as eleições, avancem nos estudos sobre novas formas de contratação dos serviços hoje pagos com suprimento de fundos, uma vez que muitos Regionais não o utilizam mais.

Francisco: lembrou que o Tribunal já teve suas contas reprovadas pelo TCU, em virtude de utilização de suprimento de fundos para compra de água mineral. Recordou outro caso de utilização de suprimento de fundos para aluguel de lancha.

Mateus: Ressaltou que houve a redução da utilização do suprimento de fundos no TRE e se manifestou pela sua não utilização nas próximas eleições, considerando que a utilização de suprimento de fundos tem caráter emergencial.

REGISTRO DE CANDIDATURAS

Francisco: iniciou sua explanação reconhecendo a importância do Planejamento Estratégico para todos os órgãos públicos e os avanços do TRE na área do planejamento e gestão, graças ao trabalho da Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG). Expôs a análise dos riscos. Considerou como preocupação o registro de candidaturas realizadas no último dia do prazo. Informou que até dia 11/07, o TSE entregará os sistemas (CAND, CANDEX). Uma novidade no processo será a integração do CAND com o PJE. Chamou a atenção para dois riscos moderados: 1) Número insuficiente de servidores na SEDAP, sendo necessários mais 4 servidores ativos e 2 suplentes. 2) Mudanças no sistema pelo TSE. Sugeriu a leitura das Resoluções que tratam do Registro de Candidaturas e do PJE por todos os servidores do Tribunal.

Guilberth: necessário articular o recrutamento e a capacitação dos servidores que darão apoio à SEDAP no processo de registro de candidaturas (RC).

Luís: Amanhã, 21.06, será encaminhada a solicitação para o recrutamento.

Francisco: relatou que os pedidos de RC deixados para última hora, com certeza, configuram num risco muito preocupante.

Luís: por causa da implantação do PJe, que é uma novidade, há a possibilidade de se ter evasão da equipe de apoio para esta eleição. O PJe deveria ter sido implantado no ano passado, não em ano eleitoral.

Francisco: relata que na reunião com os partidos, os incentivará a fazerem seus registros antecipadamente, pois após o registro, eles deixam de ser pré-candidatos e passam a ser candidatos e já podem fazer pedido de voto expresso.

O sistema não admitirá mais registros de candidatura após as 19hrs.

Guilberth: o recrutamento para a comissão de RC deve ser feito o mais rápido possível. E haverá uma estrutura física para a realização das atividades assim como nas eleições anteriores.

CAPACITAÇÃO

Sílvia: apresentou a análise dos riscos do processo. Ponderou que a capacitação no Tribunal passa por um momento de transição, com a adaptação dos servidores à modalidade de ensino à distância. Nesta eleição somente os servidores que tomaram posse em dezembro de 2016 virão à sede do Tribunal para treinamento presencial. Há possibilidade de disponibilização dos cursos em EAD, até 16/07. Caso não seja possível, a solução é oferecer treinamento presencial para os servidores que participaram de apenas uma eleição (há orçamento). Há risco de inefetividade dos treinamentos em EAD. A solução seria o treinamento presencial na 2ª quinzena de agosto (há orçamento)

Cláudia: indagou quem vai avaliar a efetividade dos cursos em EAD.

Sílvia: A SECAP fará a avaliação da efetividade dos cursos em EAD. Há uma série de recursos que possibilitam essa avaliação e a análise das queixas dos servidores quanto à efetividade do treinamento, sendo possível detectar se o curso realmente não foi efetivo ou se a queixa tem outra motivação.

Guilberth: Não dá para contestar o EAD sem conhecer o vídeo pronto. Há também o conteúdo dos cursos no moodle. Até o final do mês os cursos estarão prontos e disponíveis e, a partir de então, sugere-se a avaliação. Há preconceito, resistência, mas não há como não adotar o treinamento a distância, considerando o novo cenário educacional e orçamentário. O que se pode fazer é gerenciar os riscos, enviando os conteúdos dos cursos por mídia, por vídeo e por link.

Flávio, DG: O treinamento presencial é a última opção e somente após todas as avaliações.

Francisca, Chefe de Cartório: Disse que enfrenta muitos problemas com o link. O problema de realizar o curso/treinamento com a mídia é a comprovação perante o tribunal de que está fazendo o curso. Considera prejudicial a disponibilização de uma grande quantidade de cursos somente próximo à eleição.

Guilberth: A velocidade do *link* é de responsabilidade da OI. Estão sendo realizadas tratativas com a UFMA para que todos os cursos do TRE sejam colocados na *internet*, disponibilizando acesso em qualquer lugar.

Mayron, Chefe de Cartório: A inefetividade dos cursos na modalidade EAD também pode estar relacionada à falta de tempo de o servidor acessar o curso durante o expediente ou de manter a concentração no local de trabalho. A disponibilização do curso pela internet é uma solução, mas não a solução ideal.

Sílvia: mencionou sobre os cursos EAD para as eleições 2018 e que será feita uma avaliação ao final, caso os cursos sejam considerados ineficientes, sugeriu que haja curso presencial.

Cláudia: relatou que sempre houve críticas no treinamento presencial. Será feito o controle de acesso do curso EAD?

Sílvia: O NEAD pode fazer o acompanhamento. Vamos avaliar se a queixa procede mesmo ou se é apenas uma opinião pessoal dele, a COSIS também poderá acompanhar, através de simulados, por exemplo.

Cláudia: A COSIS acompanhará o simulado.

Guilberth: Nós temos a ferramenta e estamos criando o ambiente virtual, particularmente achei excelente e em breve iremos disponibilizá-lo. Haverá vídeo aula e curso no Moodle. Nós estamos trabalhando juntos SECAP, NEAD, COEDE. Até o final do mês os cursos devem estar prontos e disponíveis, então iremos demandar tempo com os relatórios gerenciais. Fizemos testes de acesso e há uma resistência e preconceito com a modalidade, e estamos falando com profissionais que realizam as suas atividades há algum tempo. A nossa capacitação para o ano que vem será o menor valor financeiro de todos os tempos, nós iremos tentar trabalhar riscos, com DVDs e *download* na rede.

Francisca, Chefe de Cartório: os cursos chegam todos em um prazo muito próximo da eleição.

Guilberth: isso acontece porque nós não tínhamos cursos próprios. Agora nós produzimos nossos vídeos e será mais fácil a disponibilização.

COMISSÃO DE JUÍZES AUXILIARES (ocorre a cada 4 anos)

Magno: no Tribunal, a comissão de juízes auxiliares funciona a cada quatro anos. Composição da Comissão em 2018: Dr. Tayrone José Silva, Dr. Clodomir Sebastião Reis e Dr. Alexandre Lopes de Abreu. A comissão de juízes auxiliares tem previsão no art. 96, § 3º da Lei 9.504. Funcionará de 01.07 até a diplomação dos eleitos. Apresentou um histórico dos trabalhos da comissão no Tribunal e a Resolução 23.547/2017. Informou sobre a necessidade de reforçar o contingente de servidores da Secretaria Judiciária para o processamento das representações com dois servidores para cada seção. Sugeriu que a comissão funcione no 3º andar, que é o mesmo andar da Secretaria Judiciária.

Alexjan: questionou acerca dos requisitos do recrutamento do processo.



Flávio, DG: afirmou que os técnicos e analistas a serem recrutados serão apenas os servidores da Secretaria, para não abalar o quadro de servidores das zonas, em pleno ano eleitoral.

Os processos a serem apresentados na reunião de julho serão:

1-Mesários, 2-Juntas Especiais, 3-Fiscalização da Propaganda, 4-Postos Avançados de Transmissão, 5-Eleição e Votação Simulada, 6-Geração de Mídia e Carga e Lacre, 7-Auditoria de Votação (Votação Paralela), 8-Avaliação de Eleições, 9-Diplomação, 10-Central de Acompanhamento das Eleições e 11-Prestação de Contas;

Em breve, será divulgada a data da reunião de julho do Comitê Eleições com os gerentes dos processos de eleição.

PRESENÇA	
NOME	CARGO e UNIDADE
DES. RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE	PRESIDENTE DO TRE-MA
DES. CLEONES CARVALHO CUNHA	VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRE-MA
COMITÊ DE ELEIÇÕES	
FLÁVIO VINICIUS ARAUJO COSTA	DIRETOR-GERAL
GUILBERTH MARINHO GARCÊS	SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS
DÉBORA MARCIA SOARES	SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GUALTER GONÇALVES LOPES JUNIOR	SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ANDRÉ MENEZES MENDES	ASSESSOR ADMINISTRATIVO DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
DANIELLE DE OLIVEIRA CAVAIGNAC	ASSESSORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO
KARLA DE FARIA ABDALA	COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU	
DRA. ANELISE NOGUEIRA REGINATO	JUIZA ELEITORAL DA 8ª ZONA
DR. EILSON SANTOS DA SILVA	JUIZ ELEITORAL DA ª ZONA
DR. RODRIGO OTÁVIO TERÇAS SANTOS	JUIZ ELEITORAL DA 52ª ZONA
FRANCISCA DE OLIVEIRA GARCIA	CHEFE DE CARTÓRIO DA 54ª ZONA
MAYRON LEÔNCIO DE SOUSA E SILVA	CHEFE DE CARTÓRIO DA 19ª ZONA
GERENTES TITULARES E SUBSTITUTOS DOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO E DEMAIS SERVIDORES	
ALEXJAN COSTA SOUSA	CHEFE DA SEÇÃO DE PROCESSOS ESPECÍFICOS
ALYSSON CRISTIANO MAXIMO DINIZ	CHEFE DA SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE
CAROLINA CORTESE COELHO	COORDENADORA DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS E CORREICIONAIS



CLAUDIA REGINA FONSECA TEIXEIRA	CHEFE DA SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE ELEIÇÕES
EDINEIDE SALES BRAGA	SEÇÃO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
ELOISE ELENA SOUSA DE MELO	ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
FÁBIO HUMBERTO CANTANHEDE XIMENES	CHEFE DA 10ª ZONA ELEITORAL
FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA	CHEFE DA SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS
FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA	CHEFE DA SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS
GLAYCY ANNE DE MELO CORREIA COSTA	SEÇÃO DE ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E BANCO DE DADOS
IGOR THADEU SANTANA MACIEL	COORDENADOR DE REG. PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
INGRID JANAINA CASTRO VIEGAS MOREIRA	CHEFE SUBSTITUTA DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO
JOÃO VICTOR DE OLIVIERA CUNHA	ESTAGIÁRIO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
LUCILENE CARDOSO GONÇALVES	CHEFE DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS
LUÍS BARROS BRITO	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS
MATEUS MARINHO ALENCAR	SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES
NOELY CRISTINA FERREIRA DA SILVA	ESTAGIÁRIA DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
RAIMUNDO NONATO CARDOSO	SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE
ROBERTO MAGNO AGUIAR FRAZÃO	COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL
RODRIGO MENDONÇA DO AMARAL	SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO
RONILSON GOMES PINTO	SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE
SHERLAN BUHATEM ANUNCIAÇÃO	COORDENADOR DE LICITAÇÕES, AQUISIÇÕES E CONTRATOS
SÍLVIA MARIA COSTA REIS DA SILVA	CHEFE DA SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO
WELLINGTON DA SILVA MORAES	SEÇÃO DE ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E BANCO DE DADOS
WILLDICKSON SILVA REINALDO	COORDENADOR DE PESSOAL